

Companhia de Participações em Concessões

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021 e
relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 17 de abril de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Participações em Concessões

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Participações em Concessões (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Participações em Concessões em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

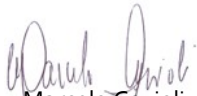
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Companhia de Participações em Concessões

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.815	123.495	Fornecedores		974	866
Aplicações financeiras	6	57.866	42.720	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	390	4.180
Contas a receber - partes relacionadas	8	8.517	24.893	Impostos e contribuições a recolher		7.594	6.099
Mútuos - partes relacionadas	8	-	2.080	Parcelas retidas nas aquisições de negócios	13	-	47.758
Tributos a recuperar		18.270	11.375	Obrigações sociais e trabalhistas		10.390	13.545
Dividendos a receber	8	1.716	1.157	Juros sobre o capital próprio	8	39.950	-
Despesas antecipadas e outros crédito		629	384	Outras obrigações		29	20
Total do ativo circulante		<u>97.813</u>	<u>206.104</u>	Total do passivo circulante		<u>59.327</u>	<u>72.468</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações sociais e trabalhistas		2.305	4.377
Mútuos - partes relacionadas	8	2.320	-	Provisão para riscos trabalhistas	12	22	205
Tributos a recuperar		302	255	Provisão para passivo a descoberto	9	16.353	238.550
Depósitos judiciais		-	10	Adiantamento para futuro aumento de capital		76.000	-
		<u>2.622</u>	<u>265</u>			<u>94.680</u>	<u>243.132</u>
Investimentos	9	2.374.944	5.345.952	Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	1.065	1.475	Capital social	14a	1.777.877	4.133.239
Intangível	11	421	421	Adiantamento para futuro aumento de capital	14d	-	244.638
				Reserva de capital	14c	-	48.862
				Ajuste de avaliação patrimonial	14b	847.103	1.076.773
				Prejuízos acumulados		(302.122)	(264.895)
Total do ativo não circulante		<u>2.379.052</u>	<u>5.348.113</u>			<u>2.322.858</u>	<u>5.238.617</u>
Total do ativo		<u>2.476.865</u>	<u>5.554.217</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.476.865</u>	<u>5.554.217</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	15	12.448	157.830
Custo dos serviços prestados			
Depreciação e amortização	10 e 11	-	(278)
Serviços		(55)	(5.852)
Custo com pessoal		-	(99.886)
Materiais, equipamentos e veículos		(3)	(319)
Outros		(289)	(2.761)
		<u>(347)</u>	<u>(109.096)</u>
Lucro bruto		<u>12.101</u>	<u>48.734</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Depreciação e amortização	10 e 11	(410)	(6.585)
Serviços		(7.896)	(31.908)
Despesas com pessoal		(20.030)	(25.981)
Materiais, equipamentos e veículos		(116)	(235)
Gastos com viagens e estadias		(769)	(1.029)
Outros		(2.331)	(4.312)
		<u>(31.552)</u>	<u>(70.050)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	9	(146.001)	(251.007)
Outros resultados operacionais	1.1.2 item (a) (d)	177.037	51
Resultado antes do resultado financeiro		11.585	(272.272)
Resultado financeiro	16	<u>(1.812)</u>	<u>13.498</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		9.773	(258.774)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7	<u>-</u>	<u>(6.122)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		9.773	(264.896)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		9.773	(264.896)
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajuste patrimonial - plano de pensão	14b	<u>535</u>	<u>(317)</u>
		<u>535</u>	<u>(317)</u>
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	14b	<u>(228.713)</u>	<u>114.361</u>
		<u>(228.713)</u>	<u>114.361</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(218.405)</u>	<u>(150.852)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Total
	Subscrito	A integralizar	Transação com Sócios				
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.950.154	-	49.819	-	962.729	(826.750)	4.135.952
Ágio na Aquisição de parcela de investimento da AERIS 48,403% 30 de setembro 2018	-	-	(957)	-	-	-	(957)
Aumento de capital social em 13 de abril de 2021	100.902	(434)	-	-	-	-	100.468
Aumento de capital social em 25 de junho de 2021	1.317.000	(1.317.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital social em 23 de julho de 2021	-	705.000	-	-	-	-	705.000
Integralização de capital social em 31 de agosto de 2021	-	434	-	-	-	-	434
Integralização de capital social em 28 de setembro de 2021	-	135.794	-	-	-	-	135.794
Integralização de capital social em 22 de outubro de 2021	-	476.206	-	-	-	-	476.206
Redução de capital através de absorção prejuízos acumulados em 30 de dezembro de 2021	(826.751)	-	-	-	-	826.751	-
Redução de capital através de devolução a acionista CIIS em 30 de dezembro de 2021	(4.081)	-	-	-	-	-	(4.081)
Redução de capital através de transferência acervo líquido da Engelog e EngelogTec para a CCR em 30 de dezembro de 2021	(6.527)	-	-	-	-	-	(6.527)
Redução de capital através de transferência de contratos de mútuos com a Barcas para a CCR em 30 de dezembro de 2021	(397.458)	-	-	-	-	-	(397.458)
Capitalização de créditos oriundos de adiantamento para futuro aumento de capital em 24 de fevereiro de 2022	-	-	-	244.638	-	-	244.638
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(264.896)	(264.896)
Destinações							
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	114.044	-	114.044
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.133.239	-	48.862	244.638	1.076.773	(264.895)	5.238.617
Transferência da CPC para CCR S.A, do Ágio na Aquisição de parcela de investimento da ATP 0,005% em 31 de março 2020	-	-	1	-	-	-	1
Transferência da CPC para CCR S.A, do Ágio da empresa SPCP em 01 de dezembro de 2022	-	-	(49.820)	-	-	-	(49.820)
Aumento de capital social em 24 de fevereiro de 2022	244.638	-	-	(244.638)	-	-	-
Redução de capital social em 01 de dezembro de 2022	(2.600.000)	-	-	-	-	-	(2.600.000)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2022 (líquido)	-	-	-	-	-	(39.950)	(39.950)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2022 (IRRF)	-	-	-	-	-	(7.050)	(7.050)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	9.773	9.773
Destinações							
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	957	-	(229.670)	-	(228.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.777.877	-	-	-	847.103	(302.122)	2.322.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.773	(264.896)
Ajustes por:		
Equivalência patrimonial	146.001	251.007
Depreciação e amortização	410	6.863
Baixa do ativo imobilizado e intangível	-	66
Juros e variação monetária com partes relacionadas	(601)	(19.859)
Resultado de operações com derivativos	3.396	-
Juros e variação monetária das parcelas retida nas aquisições de negócios	4.808	3.859
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	4	382
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(1)
Atualização monetária da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	4
Rendimento de aplicação financeira	(6.274)	(622)
Realização de ajuste acumulado de conversão dado pelo encerramentos das Albas	(132.101)	-
Reversão parcela retida na compra de Barcas	(49.516)	-
	<u>(33.857)</u>	<u>241.699</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber - partes relacionadas	16.695	(22.486)
Tributos a recuperar	(6.900)	(4.476)
Dividendos e juros s/ capital próprio recebidos	693.793	7.870
Despesas antecipadas, depósitos judiciais e outros créditos	(235)	(458)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	108	2.071
Fornecedores - partes relacionadas	(6.840)	(4.201)
Impostos e contribuições a recolher	9.016	4.989
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(7.521)	(333)
Pagamento de provisão para riscos trabalhistas	(203)	(263)
Obrigações sociais e trabalhistas	(5.227)	22.264
Outras contas a pagar	4	70
	<u>668.606</u>	<u>(18.150)</u>
Caixa líquido proveniente das (usada nas) atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital em investidas	(189.638)	(1.305.026)
Redução de capital em investidas	-	1.169
Aquisição de ativo imobilizado	-	(2.056)
Adições ao intangível	-	(5.990)
Aplicações financeiras liquidas de resgate	(8.872)	(37.311)
Mútuos com partes relacionadas		
Liberação	-	(87.000)
	<u>(198.510)</u>	<u>(1.436.214)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de operações com derivativos	(3.396)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio (líquido de IRRF)	(7.050)	-
AFAC - partes relacionadas	75.550	249.139
Integralização de capital	-	1.317.434
Redução de capital	(647.880)	-
	<u>(582.776)</u>	<u>1.566.573</u>
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(112.680)	112.209
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	123.495	11.286
No final do exercício	10.815	123.495
	<u>(112.680)</u>	<u>112.209</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, atuando no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas e negócios afins, sendo responsável pela administração direta de eventuais novos negócios. A sede está localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo - SP.

Em 31 de maio de 2010, a CPC incorporou a **Engellog**, que tinha como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CCR. Mediante a incorporação, as áreas de engenharia e tecnologia da informação foram reestruturadas, criando, respectivamente, a **Divisão Engellog** e a **Divisão Engelogtec**, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de propiciar uma melhor gestão dos ativos da Companhia, além de oferecer um importante diferencial competitivo no processo de análise e avaliação de novos negócios.

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia transferiu como parte dos pagamentos da redução de capital, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o acervo líquido da Engellog e Engelogtec a sua acionista CCR.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2022, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da CCR S.A., no valor de R\$ 2.600.000. O pagamento foi realizado parte em moeda corrente (R\$ 647.880) e parte com entrega à CCR de participação acionária detida pela CPC nas controladas Metrô Bahia, Barcas, MSVia, Lam Vias, ATP, ND e SPCP (R\$ 1.952.120).

A CPC participa das seguintes empresas:

Participações diretas da CPC

- CCR España - Concesiones y Participaciones S.L. (CCR España)
- CCR España Emprendimientos S.L.U. (CCR España Emprendimientos)
- Alba Concessions Inc. (Alba Concessions)
- Alba Participations Inc. (Alba Participations)
- Green Airports Inc. (Green Airports), sua controlada em conjunto (controlada indireta da CPC), Inversiones Bancnat S.A. (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)
- Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (SPAC)
- International Airport Finance, S.A. (IAF)
- Concessionária do Bloco Sul S.A. (Bloco Sul)
- Concessionária do Bloco Central S.A. (Bloco Central)
- Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. (Pampulha)

Participações indiretas da CPC por meio de sua controlada SPAC

- Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport)

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participações indiretas da CPC por meio de sua controlada CCR España Emprendimientos

- Quiport Holdings S.A. (Quiport Holdings) e sua controlada Corporación Quiport S.A. (Quiport)
- Quito Airport Management S.A. (Quiama) e sua controlada Quito Airport Management Ecuador Quiamaecuador S.A. (Quiama Ecuador)
- CCR USA Management Inc. (CCR USA) (em liquidação)

Participações indiretas da CPC por meio de sua controlada CCR España

- Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA), sua controlada em conjunto Curaçao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP)
- CCR Costa Rica Emprendimientos (CCR Costa Rica), suas controladas em conjunto (controladas da CCR España), Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL (Aeropuertos), Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aérea General AAH SRL (Terminal) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris)
- SJO Holding Ltd. (SJO), sua controlada (controlada da CCR España), CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones S.A. (CCR Costa Rica Concesiones), e suas controladas em conjunto (Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL, Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL e Terminal Aerea General AAH SRL) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A.(Aeris). Além disso, sua controlada em conjunto IBSA Bancnat (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)

Concessões

Veja a seguir mais detalhes das concessões:

Aeroporto Internacional de Quito, no Equador: A CCR España Emprendimientos subsidiária integral da CPC é uma empresa com sede em Madrid, na Espanha, que tem por objeto social a gestão e administração de outras sociedades. Atualmente a empresa detém participação direta de 100% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 46,50% no capital social da Corporación Quiport, respectivamente.

A Quiport Holdings é uma empresa localizada no Uruguai, que tem por objeto social a participação em outras sociedades.

A Quiport é responsável pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NQIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana e era responsável pela operação do antigo Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSIA), em Quito. O prazo de concessão é de 35 anos, encerrando-se em 27 de janeiro de 2041. O início das operações no NQIA ocorreu em 20 de fevereiro de 2013.

Além das empresas acima, a CPC detém 100% da Alba Concessions, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a participação em outras sociedades e 100% da Alba Participations, sendo que esta não possui operações. A participação acionária nas referidas empresas faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Quito, no Equador.

Em 13 de dezembro de 2015, a CPC, por meio da CCR España Emprendimientos, adquiriu 50% das ações da Quito Airport Management QUIAMA Ltd. (Quiama BVI), empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que por sua vez detém 100% da Quito Airport Management Ecuador Quiamaecuador S.A. (Quiama Ecuador), empresa operadora do Aeroporto Internacional de Quito.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aeroporto Internacional de San Jose, na Costa Rica: A controlada da CPC, através da CCR España, detém indiretamente, aproximadamente 97,15% das ações da Aeris. Referida participação decorre da participação de 100% na CCR Costa Rica e de 99,29% na SJO Holdings, as quais, em conjunto, detém participação direta de 100% (50% para cada uma) na Aeropuertos, na Desarrollos e na Terminal, sendo que estas detêm 42,5%, 52,4% e 2,6%, respectivamente, do capital social da Aeris.

Além das empresas acima, a CPC detém participação 99,64% de participação indireta na IBSA BVI, através de participação direta de 100% na Green Airports e indireta de 99,29% na CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones S.A. (através da participação na SJO Holdings). Tais investidas, que estão localizadas nas Ilhas Virgens Britânicas, detém participação de 100% na IBSA BVI, sendo que esta detém participação de 100% na IBSA Finance, a qual está localizada em Barbados. As empresas têm como objeto social a participação em outras sociedades.

A CCR Costa Rica, a Aeropuertos, a Desarrollos e a Terminal, são empresas localizadas na Costa Rica, que têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A Aeris é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de San Jose (Aeroporto Internacional Juan Santa Maria). O prazo de concessão vai até 5 de maio de 2026.

Aeroporto Internacional de Curaçao: Em 22 de outubro de 2012, a controlada CPC, por meio da CCR España, passou a deter indiretamente, aproximadamente 40,8% das ações da CAP, com a aquisição de 80% do capital social da CPA. A CPA detém participação direta de 51% na CAI, sendo que esta detém 100% do capital social da CARE e CAP. Em 12 de junho de 2013, a CCR España adquiriu diretamente, participação adicional de 39% do capital social da CAI, passando a deter, direta e indiretamente (através da CPA), 79,8% do Aeroporto Internacional de Curaçao.

A CPA é uma empresa localizada no Brasil, que tem por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAI e a CARE, são empresas localizadas em Curaçao. A CARE atualmente não possui operações e a CAI tem por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAP é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Curaçao (Aeroporto Internacional Hato). O prazo de concessão vai até 2 de agosto de 2033.

BH Airport: Em 22 de janeiro de 2014, foi constituída a Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport), responsável pela ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, situado nos municípios de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais. O contrato de concessão foi assinado em 7 de abril de 2014 e a concessão tem prazo de 30 anos, até 7 de maio de 2044. Em 12 de agosto de 2014, a concessionária iniciou a operação assistida no Aeroporto pelo período de 3 meses, conforme previsto no contrato de concessão e, em 12 de janeiro de 2015, iniciou-se a operação plena do aeroporto. A CPC detém 38,25% de participação indireta na concessionária, através de sua participação de 75% no capital social de sua controlada SPAC, que detém 51% da BH Airport.

Em 26 de abril de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 8 ao contrato de concessão, tendo como objeto a alteração pontual do anexo 5 para permitir a revisão, em 2021, dos valores estimados para custos e despesas do Fluxo de Caixa Marginal, conforme os valores realizados em 2020, em consonância com a Decisão n.º 216/2020 da ANAC, que deferiu o pleito de reequilíbrio contratual apresentado pela BH Airport, em razão dos impactos econômicos decorrentes do COVID-19 para o setor de concessões aeroportuárias no ano de 2020.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bloco Sul: Em 20 de maio de 2021, foi constituída a Concessionária do Bloco Sul S.A., a qual é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Cataratas em Foz do Iguaçu/PR, Governador José Richa em Londrina/PR, em Bacacheri/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, em Pelotas/RS, Rubens Berta em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS. O contrato de concessão foi assinado em 20 de outubro de 2021 e a concessão tem prazo de 30 anos, até 26 de janeiro de 2052.

Bloco Central: Em 20 de maio de 2021, foi constituída a Concessionária do Bloco Central S.A., a qual é responsável pela ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos Santa Genoveva (SBGO) em Goiânia/GO, Marechal Cunha Machado (SBSL) em São Luís do Maranhão/MA, Senador Petrônio Portella (SBTE) em Teresina/PI, Brigadeiro Lysias Rodrigues (SBPJ) em Palmas/TO, Senador Nilo Coelho (SBPL) em Petrolina/PE e Prefeito Renato Moreira (SBIZ) em Imperatriz/MA. O contrato de concessão foi assinado em 18 de outubro de 2021 e a concessão tem prazo de 30 anos, até 26 de janeiro de 2052.

Pampulha: Em 28 de outubro de 2021, foi constituída a Concessionária do Aeroporto de Pampulha S.A., a qual é responsável pela prestação do serviço de exploração, ampliação e manutenção do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (SBBH) - Aeroporto da Pampulha. O contrato de concessão foi assinado em 21 de janeiro de 2022 e a concessão tem prazo de 30 anos.

Outras empresas

CCR España Concesiones (CCR España) e CCR España Emprendimientos: As empresas têm suas sedes em Madrid, na Espanha e têm por objeto social a gestão, administração e participação em outras sociedades, bem como a exploração, na Espanha ou no exterior, diretamente, indiretamente ou por meio de consórcios, de negócios relacionados a concessões de obras e serviços públicos. A CCR, por meio da CPC, detém 100% do capital social das empresas.

CCR USA: A CCR USA, constituída em 30 de setembro de 2015, e com sede na cidade de Dover (Delaware), nos Estados Unidos da América, tem como principal objeto social a gestão, administração e participação em outras sociedades. Em 25 de julho de 2022 foi concluída a venda de sua controlada, a TAS, com sede na cidade de Phoenix (Arizona), nos Estados Unidos da América, que tinha como principal objeto social a prestação de serviços de gerenciamento e administração relacionados a atividades em aeroportos.

International Airport Finance S.A. (IAF): A empresa, com sede em Madri, na Espanha, tem como objeto social emitir títulos de dívida no mercado internacional de capitais e aplicar os recursos captados líquidos de despesas para financiar todo tipo de infraestrutura na América-Latina. A Companhia foi constituída em 31 de janeiro de 2019.

Outras informações

As concessões da Companhia consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os poderes concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos de concessão das investidas da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

Os contratos de concessão das investidas da Companhia poderão ser rescindidos por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias investidas da Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Principais eventos societários

1.1.1. Revisões Extraordinárias do Contrato de Concessão – BH Airport

a) 2ª Pista de Pouso e Decolagem (2PPD)

Em 3 de novembro de 2022, a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC aprovou revisão extraordinária e a alteração unilateral do contrato de concessão, firmado entre BH Airport e ANAC (“Decisão n.º 561”).

A revisão extraordinária buscou recompor os efeitos gerados pela celebração do Termo Aditivo n.º 003/2019 ao referido contrato, que alterou o marco contratual para a construção da 2ª Pista de Pouso e Decolagem (2PPD), retirando a limitação de data de conclusão do investimento, originalmente previsto para 31 de dezembro de 2020, mantendo apenas o gatilho de demanda, com a sua conclusão antes de a demanda atingir 198.000 movimentos anuais. Essa alteração gerou um desequilíbrio a favor do Poder Concedente de R\$ 144.593, na data-base de outubro de 2013. Para reequilibrar o contrato de concessão, a concessionária assumiu a obrigação de pagar ao Poder Concedente o montante de R\$ 1.090.653 (data-base de setembro de 2022), em parcelas anuais de R\$ 57.803 nos anos de 2022 a 2025 e de R\$ 45.234 nos anos de 2026 a 2044. Tal obrigação foi atualizada até a data de assinatura do TAM e descontada a valor presente pela taxa de 6,81% ao ano, totalizou o montante de R\$ 610.323, a valor presente, e foi registrada como outorga extraordinária da concessão, no ativo intangível, à rubrica Direito de concessão tendo como contrapartida Obrigações com o Poder Concedente, no passivo circulante e não circulante. Os valores dos pagamentos serão ajustados anualmente pelo IPCA.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) COVID-19

Em 16 de novembro de 2022, a ANAC aprovou nova revisão extraordinária do contrato de concessão, entre BH Airport e ANAC (“Decisão n.º 571” e “Decisão n.º 569”), em razão dos prejuízos causados pela pandemia de COVID-19 para os anos de 2021 e 2022 respectivamente, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do mesmo.

A revisão extraordinária resultou na recomposição econômico-financeira do contrato de concessão em favor da BH Airport, correspondente ao montante de R\$ 69.867 a valores de 31 de dezembro de 2021 e o montante de R\$ 60.722 a valores de 18 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 144.343, foi registrado na demonstração de resultado na rubrica de receitas de reequilíbrio. Essa recomposição foi implementada por meio de descontos nas contribuições devidas pela BH Airport ao Poder Concedente, de forma sucessiva, após anuência do Ministério da Infraestrutura, dentre as quais se incluem a Contribuição Variável, a Contribuição Fixa, a Contribuição Extraordinária e outras contribuições que sejam porventura criadas até que o saldo seja efetivamente quitado.

1.1.2 – Demais eventos societários

a) Compra de participação acionária – Barcas

Em 7 de fevereiro de 2022, a Companhia e sua controladora CCR de um lado e, de outro, a SPTA Holding em Transporte Aquaviário Ltda. e suas afiliadas, Auto Viação 1001 Ltda., Rodomar Participações Ltda., Figueira Investimentos Ltda. e Riopar Participações S.A., celebraram contrato de compra e venda de ações, cessão de direitos creditórios e outras avenças, por meio do qual pactuaram, entre outras matérias, a alienação, pela SPTA, da totalidade das ações de emissão da Barcas de sua titularidade à CPC, que representavam 20%, bem como a cessão da totalidade dos direitos creditórios detidos pela Figueira e Riopar à CCR, em razão dos mútuos concedidos para financiar a operação deficitária da Barcas.

Em 15 de junho de 2022, após a satisfação das condições precedentes, a transação foi concluída e, como consequência, a CPC passou a deter 100%, além disso, foi integralmente e definitivamente revertida em favor da CPC, por exoneração de qualquer eventual obrigação presente ou futura de transferir total ou parcialmente, a parte retida do preço de compra da aquisição inicial de 80% de participação acionária da Barcas, ocorrida em 2012, no montante de R\$ 49.516, foram registrados na rubrica de Outros resultados operacionais.

b) Alienação de participação acionária na TAS

Em 9 de maio de 2022, a CCR USA celebrou instrumento contratual, sujeito à verificação de determinadas condições suspensivas, com a AGI-CFI Acquisition Corp, controlada da Alliance Ground International, LLC (AGI), para alienação da totalidade de sua participação acionária no capital social da TAS, o que correspondia a 70% do capital social da investida. Em 25 de julho de 2022, após a satisfação das condições suspensivas, a transação foi concluída com o recebimento de USD 118.395 mil. Conseqüentemente, a CCR USA registrou no resultado do exercício, ganho de R\$ 505.246 registrado na rubrica Resultado de equivalência patrimonial (R\$ 407.838 líquido de impostos) apurado pela diferença entre valor da venda e o valor contábil dos ativos líquidos da TAS.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Redução de capital da CPC

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2022, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da CCR S.A. no valor de R\$ 2.600.000. O pagamento foi realizado parte em moeda corrente (R\$ 647.880) e parte com entrega de participação acionária detida nas controladas Metrô Bahia, Barcas, MSVia, Lam Vias, ATP, ND e SPCP (R\$ 1.952.120).

d) Liquidação - Alba Concessions e Alba Participations

Em 16 de dezembro de 2022, as atividades das empresas foram encerradas e se encontram liquidadas, foram registrados na rubrica de Outros Resultados operacionais a baixa do ajuste acumulado de conversão de R\$ 132.101.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4(a) (iv) desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas.

Em 17 de abril de 2023, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- 12 Provisão para riscos trabalhistas
- 17 Instrumentos financeiros mensurados a valor justo

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Investimentos

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

- Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

- Controladas em conjunto

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle conjunto deixa de existir.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

- Operações no exterior

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e posteriormente convertidas para reais, sendo que os ativos e passivos são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação e as receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio média mensal.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias, metrô, aeroportos e barcas.

A Companhia também auferir receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controladora CCR a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui o seguinte ativo intangível:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados e em andamento.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão das investidas, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

- Plano de benefício definido

O passivo reconhecido no balanço relativo aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação é determinado utilizando-se premissas atuariais.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

n) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback – alterações ao CPC 06;
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18; e
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário – (CDI) relativos as aplicações financeiras. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 8 e 16.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	390	-
Fornecedores e outras obrigações	1.003	-
Juros sobre o capital próprio	39.950	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	-	76.000

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	596	6.572
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	10.219	116.923
Total - Caixa e equivalente de caixa	<u>10.815</u>	<u>123.495</u>

Aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	57.866	42.720
Total - Aplicações financeiras	<u>57.866</u>	<u>42.720</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,93% do CDI, equivalente a 12,67% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (99,41% do CDI, equivalente a 4,37% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Imposto de renda e contribuição social

• **Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	9.773	(258.774)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(3.323)	87.983
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	(49.641)	(85.342)
Despesas indedutíveis	(66)	(267)
Remuneração variável de dirigentes e estatutários	(1.005)	(658)
Lucros auferidos no exterior	(4.828)	(5.226)
Juros sobre capital próprio	15.980	-
Incentivos relativos ao imposto de renda	-	270
Reclassificação ajuste acumulado de conversão	44.914	-
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(2.031)	(2.904)
Outros	-	22
Impostos correntes	<u>-</u>	<u>(6.122)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>0,00%</u>	<u>-2,37%</u>

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controlada em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos								
	2022				2021				
	Controladora	Controladas	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladas	Controlada em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Ativo									
Aplicações financeiras	-	-	23.216	23.216	-	-	-	-	-
Bancos conta movimento	-	-	555	555	-	-	-	-	-
Contas a receber	115	8.397	5	8.517	1.803	-	-	23.090	24.893
Dividendos	-	559	1.157	1.716	-	-	-	-	-
Mútuo	-	2.320	-	2.320	-	-	-	2.080	2.080
Passivo									
Fornecedores, contas a pagar e parcelas retidas na aquisição de negócio	228	-	162	390	4.116	-	-	47.822	51.938
Adiantamento para futuro aumento de capital	76.000	-	-	76.000	244.638	-	-	-	244.638
Dividendos e juros sobre capital próprio	39.950	-	-	39.950	-	-	-	-	-
Outros débitos	-	-	376	376	-	-	-	-	-
	Transações								
	2022				2021				
	Controladora	Controladas	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladas	Controlada em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Despesas financeiras	-	3.025	1.595	4.620	-	-	-	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	2.415	47	625	3.087	-	-	-	5.362	5.362
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	380	829	-	1.209	-	-	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	-	4.292	4.292	-	-	-	-	-
Receitas financeiras derivativos	-	-	237	237	-	-	-	-	-
Despesas financeiras derivativos	-	-	2.137	2.137	-	-	-	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	14	-	210	224	-	-	-	-	-
Prestação de serviços - CCR GBS	-	12.202	336	12.538	-	-	-	-	-
Receitas com juros, variações monetárias e cambiais	-	315	2	317	-	-	-	3.311	3.311
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais	-	-	-	-	-	-	-	3.859	3.859
Receitas financeiras - mútuos	-	283	-	283	-	16.548	-	-	16.548
Custos/despesas com infraestrutura	262	-	-	262	-	-	-	-	-
Custos /despesas - serviços especializados e consultorias	-	40	411	462	2.891	23.098	314	158.938	185.241

Despesas com profissionais chave da administração

	2022	2021
Remuneração		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	4.910	6.136
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	4.843	4.398
Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	2.698	2.114
Previdência privada	336	239
Seguro de vida	7	11
	12.794	12.898

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2022	2021
Remuneração dos administradores	5.367	4.866

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria estatutária e não estatutária da Companhia no montante de R\$ 1.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável paga no ano e contribuição para seguridade social.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

a) Investimentos em controladas

Controladas	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação	
			2022	2021
Alba Concessions (b)	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	-	100,00%
Alba Participations (b)	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	-	100,00%
Barcas (a)	Concessão aquaviária	Brasil (RJ)	-	80,00%
Bloco Central	Concessão aeroportuária	Brasil (GO/MA/PI/PE/TO)	100,00%	100,00%
Bloco Sul	Concessão aeroportuária	Brasil (PR/RS/SC)	100,00%	100,00%
CCR España	Holding	Espanha	100,00%	100,00%
CCR España Emprendimientos	Holding	Espanha	100,00%	100,00%
Green Airports	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	100,00%	100,00%
IAF	Holding	Espanha	46,50%	46,50%
Lam Vias (a)	Holding	Brasil (SP)	-	99,99%
Metrô Bahia (a)	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (BA)	-	100,00%
MSVia (a)	Concessão rodoviária	Brasil (MS)	-	100,00%
Pampulha	Concessão aeroportuária	Brasil (MG)	100,00%	100,00%
SPAC	Holding	Brasil (MG)	75,00%	75,00%
SPCP (a)	Holding	Brasil (SP)	-	34,42%

(a) A Companhia transferiu participação acionária para a CCR S.A, em razão da redução de capital (vide nota explicativa 1.1.2 item c); e

(b) Em 16 de dezembro de 2022 as empresas foram encerradas (para maiores informações vide nota explicativa n.º 1.1.2 item d).

b) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido da provisão para passivo a descoberto

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das investidas		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do exercício das investidas		Resultado de equivalência patrimonial	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Alba Concessions	-	(1)	-	-	-	(1.633)	-	(1.631)
Alba Participations	-	(1)	-	-	-	(3)	-	(4)
Bloco Central	213.828	272.536	213.828	272.536	(58.708)	(7.474)	(58.708)	(7.474)
Bloco Sul	839.648	966.816	839.648	966.816	(127.168)	(28.194)	(127.168)	(28.194)
Barcas	-	(285.058)	-	(228.048)	(216.901)	(123.436)	(174.331)	(98.749)
CCR España	213.279	323.922	210.297	320.942	(97.692)	(135.033)	(97.692)	(129.831)
CCR España Emprendimientos	756.274	1.071.310	756.274	1.071.310	445.340	23.303	445.340	25.415
Green Airports	250.459	252.690	250.459	252.690	14.046	14.858	14.046	14.858
IAF	12.842	26.609	12.842	12.373	-	3.368	1.263	1.566
Lam Vias	-	5.512	-	5.511	181	(27.542)	154	(27.537)
Metrô Bahia	-	1.749.056	-	1.744.558	7.365	156.150	102.312	156.053
MSVia	-	523.454	-	522.246	(306.138)	(70.844)	(244.801)	(70.655)
Mobilidade	-	-	-	-	-	-	-	(342)
Pampulha	55.442	10	55.442	10	2.353	-	2.353	-
SPAC	(21.805)	(12.823)	(17.247)	(10.502)	(9.582)	(100.277)	(7.195)	(75.167)
SPCP	-	403.399	-	138.840	(1.475)	(1.886)	(502)	(649)
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios								
Barcas	-	-	-	1.254	-	-	(1.254)	(1.073)
CCR España Emprendimientos	-	-	33.880	32.922	-	-	958	(7.335)
Green Airports	-	-	3.168	3.944	-	-	(776)	(258)
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	2.319.967	5.297.431	2.358.591	5.107.402	(348.379)	(298.643)	(146.001)	(251.007)

(a) Venda de participação acionária à Controladora CCR, das controladas Metrô Bahia, Barcas, MSVia, Lam Vias e SPCP (para maiores informações vide nota explicativa n.º 1.1.2 item c).

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto

	2021		2022		Ajuste de avaliação patrimonial	Outras movimentações (c)	Saldo final
	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Transação com sócios e aquisição de participação	Aumento/ (redução) de capital			
Bloco Central	272.536	(58.708)	-	-	-	-	213.828
Bloco Sul	966.816	(127.168)	-	-	-	-	839.648
Barcas	(228.048)	(174.331)	1	17.000	-	385.378	-
CCR España	320.942	(97.692)	-	-	(12.953)	-	210.297
CCR España Empreendimentos	1.071.310	445.340	-	-	(693.793)	-	756.274
Green Airports	252.690	14.046	-	-	(16.277)	-	250.459
IAF	12.373	1.263	-	-	(794)	-	12.842
Lam Vias	5.511	154	-	-	-	(5.665)	-
Metrô Bahia	1.744.558	102.312	-	-	-	(1.846.870)	-
MSVia	522.246	(244.801)	-	119.000	-	(396.445)	-
Pampulha	10	2.353	-	53.638	(559)	-	55.442
SPAC	(10.502)	(7.195)	-	450	-	-	(17.247)
SPCP	138.840	(502)	(49.820)	-	-	(88.518)	-
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios							
Barcas	1.254	(1.254)	-	-	-	-	-
CCR España Empreendimentos	32.922	958	-	-	-	-	33.880
Green Airports	3.944	(776)	-	-	-	-	3.168
Total	5.107.402	(146.001)	(49.819)	190.088	(694.352)	(1.952.120)	2.358.591

(c) Venda de participação acionária à Controladora CCR, das controladas Metrô Bahia, Barcas, MSVia, Lam Vias e SPCP (para maiores informações vide nota explicativa n.º 1.1.2 item c).

d) Informações financeiras resumidas das controladas

	2022				2021			
	Total do ativo	Total passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Alba Concessions	(b)	(b)	(b)	(b)	1	2	-	(1.633)
Alba Participations	(b)	(b)	(b)	(b)	-	1	-	(3)
Barcas (c)	206.202	689.771	94.796	(216.901)	214.861	499.919	52.645	(123.436)
Bloco Central	1.046.782	832.954	219.609	(58.708)	892.582	620.046	745	(7.474)
Bloco Sul	3.146.054	2.306.406	384.960	(127.168)	2.814.809	1.847.993	1.093	(28.194)
CCR España	388.763	175.484	-	(97.692)	463.054	139.132	-	(135.033)
CCR España Empreendimentos	757.156	887	-	445.340	1.072.052	742	-	23.303
Lam Vias (c)	430	7	-	181	5.515	3	-	(27.542)
Mobikdade	-	-	-	-	(a)	(a)	(a)	(a)
Green Airports	251.725	1.267	-	14.046	254.044	1.354	-	14.858
ATP	3.526	21.025	3.256	(1.468)	-	-	-	-
Metrô Bahia (c)	5.810.006	3.913.631	915.261	7.365	5.673.781	3.924.725	948.276	156.150
MSVia (c)	1.177.459	841.143	229.307	(306.138)	1.573.489	1.050.035	429.353	(70.844)
Pampulha	71.002	15.560	23.857	2.353	561	551	-	-
SPAC	590	22.395	-	(9.582)	91	12.914	-	(100.277)
SPCP (c)	401.980	56	-	(1.475)	403.967	568	-	(1.886)
Total	13.261.675	8.820.586	1.871.046	(349.847)	13.368.807	8.097.985	1.432.112	(302.011)

(a) Em 03 de novembro de 2021 a empresa foi encerrada;

(b) Em 16 de dezembro de 2022 as empresas foram encerradas (para maiores informações vide nota explicativa n.º 1.1.2 item d); e

(c) Venda de participação acionária à Controladora CCR, das controladas Metrô Bahia, Barcas, MSVia, Lam Vias e SPCP (para maiores informações vide nota explicativa n.º 1.1.2 item c).

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2021		2022	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Valor de custo					
Móveis e utensílios		979	-	979	
Máquinas e equipamentos		959	-	959	
Sistemas operacionais		2.158	-	2.158	
Imobilizações em andamento		301	-	301	
Total custo		4.397	-	4.397	
Valor de depreciação					
Móveis e utensílios	10	(713)	(98)	(811)	
Máquinas e equipamentos	10	(669)	(96)	(765)	
Equipamentos operacionais	10	(1.540)	(216)	(1.756)	
Total depreciação		(2.922)	(410)	(3.332)	
Total geral		1.475	(410)	1.065	

	Taxa média anual de depreciação %	2020			2021		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		6.752	-	-	48	(5.821)	979
Máquinas e equipamentos		10.745	-	(11)	2.311	(12.086)	959
Veículos		994	-	(88)	-	(906)	-
Instalações e edificações		1.531	-	-	20	(1.551)	-
Sistemas operacionais		2.182	-	-	-	(24)	2.158
Imobilizações em andamento		274	2.056	-	(1.925)	(104)	301
Total custo		22.478	2.056	(99)	454	(20.492)	4.397
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(4.791)	(555)	-	-	4.633	(713)
Máquinas e equipamentos	18	(7.547)	(1.298)	10	-	8.166	(669)
Veículos	20	(659)	(118)	82	-	695	-
Instalações e edificações	10	(1.267)	(47)	-	-	1.314	-
Equipamentos operacionais	10	(1.339)	(218)	-	-	17	(1.540)
Total depreciação		(15.603)	(2.236)	92	-	14.825	(2.922)
Total geral		6.875	(180)	(7)	454	(5.667)	1.475

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
(b) Refere-se a transferência de acervo líquido (Engelog e Engelogtec) para a CCR S.A. decorrente da redução de capital da Companhia.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Taxa média anual de amortização %	2021		2022	
		Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
Valor de custo					
Direito de uso de sistemas informatizados		17	17		
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		406	406		
Total custo		423	423		
Valor de amortização					
Direito de uso de sistemas informatizados	20	(2)	(2)		
Total amortização		(2)	(2)		
Total geral		421	421		

	Taxa média anual de amortização %	2020		2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Direito de uso de sistemas informatizados		27.514	-	-	8.394	(35.891)	17
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		4.793	5.990	(59)	(8.848)	(1.470)	406
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados		8.023	-	-	-	(8.023)	-
Total custo		40.330	5.990	(59)	(454)	(45.384)	423
Valor de amortização							
Direito de uso de sistemas informatizados	20	(19.401)	(4.392)	-	-	23.791	(2)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(7.750)	(235)	-	-	7.985	-
Total amortização		(27.151)	(4.627)	-	-	31.776	(2)
Total geral		13.179	1.363	(59)	(454)	(13.608)	421

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
(b) Refere-se a transferência de acervo líquido (Engelog e Engelogtec) para a CCR S.A. decorrente da redução de capital da Companhia.

12. Provisões para riscos trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas.

12.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2021		2022			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Trabalhistas	205	327	(323)	(203)	16	22
	205	327	(323)	(203)	16	22

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos as questões trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

	2022	2021
Trabalhistas	250	384

13. Parcelas retidas nas aquisições de negócios

	2022	2021
Circulante		
Auto Viação 1001 Ltda. (a)	-	44.982
Rodomar Administração e Participações Ltda. (a)	-	2.776
	-	47.758

(a) Para maiores informações vide nota explicativa n.º 1.1.2 item a.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia é de R\$ 1.777.877, dividido em 888.386.571 nominativas ordinárias e 888.386.571 nominativas preferenciais.

Durante o exercício de 2022, ocorreram as seguintes movimentações de capital aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia:

Em 24 de fevereiro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada o aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 244.638, mediante a capitalização de créditos de contratos de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

Em 1º de dezembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da CCR S.A., no valor de R\$ 2.600.000.

As ações estão assim distribuídas:

		2022			Capital Social
Acionistas	Participação acionária	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações Integralizadas	Integralizado
CCR S.A.	99,99999999%	888.386.570	888.386.571	1.776.773.141	1.777.876
SIP - Sociedade de Investimentos e Participações Ltda.	0,00000001%	1	-	1	1
Total		888.386.571	888.386.571	1.776.773.142	1.777.877

		2021			Capital Social
Acionistas	Participação acionária	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações Integralizadas	Integralizado
CCR S.A.	99,000%	2.233.828.016	2.233.828.016	4.467.656.032	4.091.907
CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços	1,000%	22.563.919	22.563.919	45.127.838	41.332
Total		2.256.391.935	2.256.391.935	4.512.783.870	4.133.239

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

- Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
- Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefícios definido.

c. Reserva de capital

Em 05 de fevereiro de 2016, a CPC reconheceu o montante de R\$ 49.820, referente a opção de compra do terreno do projeto NASP. Em 30 de março de 2016, a CPC aportou referido terreno e respectivas obrigações na SPCP.

Em 30 de setembro de 2018 ocorreu ágio na aquisição de parcela de investimento da AERIS em 48,403% no valor de R\$ 957.

Em 31 de março de 2020 ocorreu ágio na aquisição de parcela de investimento da ATP em 0,005% no valor de R\$ 1.

Em 1 de dezembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social da Companhia em favor da CCR S.A., e como parte do pagamento a Companhia realizou a transferência do ágio da empresa SPCP no montante de R\$ 49.820.

d. Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos para futuro aumento de capital recebidos pela Companhia de seus acionistas, destinados a aumentar o capital social.

15. Receitas operacionais líquidas

Receitas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas administrativas e de prestação de serviços de rodovias	12.539	176.413
Receita bruta	<u>12.539</u>	<u>176.413</u>
Impostos sobre receitas	(91)	(18.583)
Receita líquida operacional (a)	<u>12.448</u>	<u>157.830</u>

- (a) Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia transferiu como parte dos pagamentos da redução de capital, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o acervo líquido da Engelog e Engelogtec a sua acionista CCR, estas empresas tinham como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CCR

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas financeiras		
Perda com operações de derivativos	(3.633)	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(15)	(8)
Impostos sobre remessa ao Exterior	(669)	(601)
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	(97)	(87)
Juros e variações monetárias sobre parcelas retidas nas aquisições de negócios	(4.808)	(3.859)
Comissões sobre fianças	(3.179)	(2.128)
Taxas e comissões	(1.385)	(288)
Despesas bancárias	(1.315)	(1.087)
	<u>(15.101)</u>	<u>(8.058)</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	601	19.859
Ganho com operações de derivativos	237	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	12.380	1.633
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	15	9
Juros e outras receitas financeiras	56	55
	<u>13.289</u>	<u>21.556</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.812)</u>	<u>13.498</u>

17. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR possui um Comitê Financeiro de Resultado e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nível	2022	2021
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	596	6.572
Aplicações financeiras	Nível 2	68.085	159.643
		68.681	166.215
Custo amortizado			
Contas a receber - partes relacionadas		8.517	24.893
Mútuos - partes relacionadas		2.320	2.080
Juros sobre o capital próprio		1.716	1.157
		12.563	28.140
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores e outras obrigações		(1.003)	(886)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(390)	(4.180)
Parcelas retidas nas aquisições de negócios		-	(47.758)
Juros sobre o capital próprio		(39.950)	-
		(41.343)	(52.824)
		39.901	141.531

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2022, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou e liquidou *NDF* para a proteção contra a variação cambial em relação aos saldos abertos com a fornecedora Alstom.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro resumido sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

	Data de vencimento	Valores brutos contratados e liquidados		Resultado	
		Moeda local Recebidos/(Pagos)		Perda em resultado	
		2022	2021	2022	2021
<i>NDF - risco de câmbio</i>					
Posição Ativa	2022	(3.396)	-	(3.396)	-
		(3.396)	-	(3.396)	-

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (3) (4)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI (2)	68.085	8.493	6.378	4.258
Efeito sobre as aplicações financeiras		8.493	6.378	4.258
Total do efeito de ganho / (perda)		8.493	6.378	4.258
As taxas de juros consideradas foram (1):				
CDI (2)		13,65%	17,06%	20,47%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3, onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, considerando o aumento da taxa CDI para calcular os cenários estresses;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a.* Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixas abaixo:

	2022	2021
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	-	6.881
Partes relacionadas - Ativo	-	32.490
Despesas antecipadas e outras	-	1.915
Fornecedores	-	(4.949)
Fornecedores - partes relacionadas	-	1.516
Impostos e contribuições a recolher	-	(764)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(38.818)
Outras contas a pagar	-	(57)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	(1.786)
Variações dos fluxos de caixa de investimento		
Mútuos com partes relacionadas	-	390.577
Aumento de capital em investidas	-	(171.200)
AFAC - partes relacionadas	-	171.200
Outros de ativo intangível	-	19.275
Total das variações nos fluxos de caixa de investimento	-	409.852
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Juros sobre capital próprio	-	(52.610)
AFAC - partes relacionadas	-	(47.858)
Integralização de capital	-	100.468
Redução de capital	-	(408.066)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	-	(408.066)

- b.* A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>AFAC</u>	<u>Capital social</u>	<u>Juros sobre capital próprio</u>	<u>Derivativos</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	-	(4.133.239)	-	-	(4.133.239)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	3.396	3.396
Pagamento de juros sobre capital próprio - líquido de IRRF	-	-	7.050	-	7.050
Adiantamento para futuro aumento de capital	(76.000)	-	-	-	(76.000)
Redução de capital	-	647.880	-	-	647.880
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>(76.000)</u>	<u>647.880</u>	<u>7.050</u>	<u>3.396</u>	<u>582.326</u>
Outras variações					
Juros sobre capital próprio	-	-	(47.000)	-	(47.000)
Resultado das operações com derivativos	-	-	-	(3.396)	(3.396)
Outras variações que não afetam caixa	-	1.707.482	-	-	1.707.482
Total das outras variações	<u>-</u>	<u>1.707.482</u>	<u>(47.000)</u>	<u>(3.396)</u>	<u>1.657.086</u>
Saldo final	<u>(76.000)</u>	<u>(1.777.877)</u>	<u>(39.950)</u>	<u>-</u>	<u>(1.893.827)</u>

19. Eventos Subsequentes

BH Airport - Alteração dos valores das tarifas aeroportuárias para deduzir o valor correspondente ao Adicional de Tarifa Aeroportuária-ATAERO Extinto

A lei n.º 14.638 de 14 de junho de 2022, no artigo 12, dispôs que a partir de 1 de janeiro de 2023, não seria devida pela concessionária a contribuição ao Fundo Nacional de Aviação Civil, criada com advento da extinção do ATAERO. Deste modo, será aplicado o reajuste removendo as tarifas em 35,9%. Insta salientar que tal evento não traz efeitos aos resultados operacionais da Companhia. O artigo 2 da Lei 13.319 de 2016, estabeleceu que ao incorporar o ATAERO às tarifas, a época, ensejou a necessidade da recomposição o equilíbrio econômico financeiro. Recomposição essa, que criou a contribuição mensal por meio da decisão n.º 103 de 28 de junho de 2017.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar
Fábio Russo Corrêa

Diretor Presidente
Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0